



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Notas Explicativas
4º Trimestre/2020

Boa Vista-RR
29/01/2021

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Sivaldo Souza Silva

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

Pierlangela Nascimento da Cunha

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

CAMPUS NOVO PARAISO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES

REITORIA

Geórgia Marcelly Gomes Matias

Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI

Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA

Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO

Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados.....	39
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados	40
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora.....	41
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Grupo de Despesa	41
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa	42
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações	27
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição	21
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo	21
Tabela 3: Estoques - Composição	22
Tabela 4: Imobilizado – Composição	23
Tabela 5: Bens Móveis - Composição	23
Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.....	24
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição	25
Tabela 8: Intangível – Composição	26
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição.....	26
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante	27
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar	27
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão	28
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante	28
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução	28
Tabela 15: Receitas arrecadadas – por origem.....	34
Tabela 16: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita	35
Tabela 17: Atualização da Dotação Inicial da Despesa na LOA – 3º trimestre.....	36
Tabela 18: Despesas executadas por categoria econômica.....	36
Tabela 19: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque	37
Tabela 20: Despesas Correntes e de Capital executadas por grupo – somente valores fixados na LOA/2020.....	37
Tabela 21: Outras despesas correntes por elemento de despesa	38
Tabela 22 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG.....	40
Tabela 23 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa	43
Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)	44
Tabela 25: Total de Dispêndios (R\$).....	45
Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa - Atividades	48
Tabela 27 – Resumo da DMPL.....	50

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
APRESENTAÇÃO	8
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	9
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	9
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	11
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS.....	12
3.5 RESTOS A PAGAR.....	13
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	13
4.1. MOEDA FUNCIONAL.....	13
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO.....	14
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	14
4.5. ESTOQUES	14
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	14
4.7 INVESTIMENTOS.....	14
4.8 IMOBILIZADO.....	15
4.9 INTANGÍVEL	15
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS.....	16
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS	16
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET.....	17
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	17
4.14 PROVISÕES.....	17
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	18

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO.....	18
4.16.1 Resultado Patrimonial	18
4.16.2 Resultado Orçamentário.....	19
4.16.3 Resultado Financeiro	19
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	20
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	20
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial.....	21
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	30
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais	31
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	32
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário	34
5.4 BALANÇO FINANCEIRO	43
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro	44
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	46
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa.....	47
5.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2020	49

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Departamento de Contabilidade e Finanças
www.ifrr.edu.br

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - EXERCÍCIO 2020

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - Macrofunção 02.03.18

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - 26437/158152.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto** quanto os assuntos mencionados a seguir:

1) Situação patrimonial quanto a conciliação de bens móveis entre SIAFI e SUAP (Sistema Único de Administração Pública) que em todas as unidades estão divergentes, ou por classificação indevida ou por transferência realizada entre as unidades no SUAP e não registrada no SIAFI. Ressalta-se que 3 das 5 unidades não enviaram o Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) aos setores de contabilidade para conciliação.

1.1) Providência: realizar a conferência das contas em ambos os sistemas para que a inconsistência seja sanada, e enviar o RMB para conferência. No entanto, a escassez de servidores nos setores de patrimônio dificulta e atrasa o procedimento.

2) Situação patrimonial quanto a conciliação de bens imóveis entre SIAFI e SPIUNET, pois a conta de obras de andamento precisa ser atualizada conforme o término de obras. Falta de controle de obras individualizadas.

2.1) Providência: solicitar junto ao Departamento Técnico de Engenharia e Obras quais obras possuem Termo Definitivo de Recebimento para que sejam registradas em contas específicas no SPIUNET. Criar códigos de inscrição genérica para controle de bens imóveis a partir do registro da liquidação e ajuste dos saldos anteriores.

3) Não registro de depreciação dos bens móveis em controles patrimoniais (SUAP). Este registro é realizado no SIAFI, baseado em controles paralelos por meio de planilha em excel e que pode conter distorções.

3.1) Providência: conciliar as contas de bens móveis para que seja realizada a depreciação das contas no sistema SUAP.

4) As contas referentes ao prazo máximo de 2012 foram avaliadas, conforme o cronograma da Macrofunção - 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual SIAFI, mas não foram lançadas em controles patrimoniais por pendência de implantação do módulo no SUAP, utilizado pela instituição. As contas referentes ao prazo máximo de 2013 não foram avaliadas, considerando o número reduzido de servidores para compor comissão para realização dos trabalhos de avaliação de bens móveis.

4.1) Providência: realizar a atualização dos bens móveis quando da migração para o sistema SIADS.

5) Situação patrimonial quanto a conciliação de bens de almoxarifado em algumas unidades entre SIAFI e SUAP, tendo em vista o não envio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) pelos setores de almoxarifado aos setores de contabilidade.

Providência: enviar RMA pelos setores de almoxarifado para que sejam realizadas as conciliações.

6.1) Falta de realização de inventário dos bens móveis da instituição.

6.1) Providência: instituir comissões de servidores para realização dos inventários de estoque e bens móveis.

7) A conta contábil de contratos apresenta em uma unidade saldos de contratos que já foram concluídos.

7.1) Providência: analisar os contratos finalizados pelo setor de contrato e realizar a baixa no SIAFI para que reflitam a real situação das obrigações contratuais.

8) Controles devedores referente a conta bens móveis enviados(158152) e bens móveis a receber(158350) pendentes de regularização, tendo em vista o não recebimento de documentos pelo setor de contabilidade do setor de patrimônio da UG 158350, referente a doação de equipamento fotovoltaicos pelo Ministério de Minas e Energia-MME.

8.1) Providência: encaminhar a documentação ao setor de contabilidade da UG 158350 recebedora dos bens doados pelo MME para realizar o registro de recebimento do bem no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Boa Vista-RR, 19 de janeiro de 2021.

Geórgia Marcelly Gomes Matias
CRC nº RR-000668/O-0

Documento autenticado eletronicamente por:

• Geórgia Marcelly Gomes Matias, CONTADOR, em 19/01/2021 16:08:00.

Este documento foi emitido pelo SIAFI em 18/01/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado em alguma das seguintes páginas: <https://sisp.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 64868
Código de Autenticação: 4a233a6c42



APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 4º trimestre de 2020 fazendo uma comparação com os resultados no final do exercício anterior (dezembro/2019) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (dezembro/2019).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto

dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e

avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.12 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações

Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	31/12/2020	31/12/2019
			R\$ milhares
ATIVO CIRCULANTE		13.405.674,62	15.091.771,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.721.416,01	10.705.068,10
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		732.229,28	662.139,53
Estoques		2.952.029,33	3.724.563,80
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		128.873.261,44	124.864.767,81
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Investimentos		-	-
Imobilizado		128.737.975,85	124.729.482,22
Bens Móveis		45.298.263,49	41.463.997,42
Bens Móveis		59.226.434,79	52.638.051,80
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-13.927.686,55	-11.173.569,63
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-484,75	-484,75
Bens Imóveis		83.439.712,36	83.265.484,80
Bens Imóveis		84.666.156,13	84.371.674,73
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.226.443,77	-1.106.189,93
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		128.678,40	128.678,40
Softwares		128.678,40	128.678,40
Softwares		128.678,40	128.678,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		142.278.936,06	139.956.539,24
PASSIVO CIRCULANTE		29.218.547,40	25.767.826,31
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		7.922.266,40	6.909.700,85
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		234.898,22	850.807,75
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		21.061.382,78	18.007.317,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		144.352,95	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		73.037,87	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		71.315,08	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		29.362.900,35	25.767.826,31
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		112.916.035,71	114.188.712,93
Resultado do Exercício		-198.881,84	-7.987.100,42
Resultados de Exercícios Anteriores		114.188.712,93	122.206.795,25
Ajustes de Exercícios Anteriores		-1.073.795,38	-30.981,90
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.916.035,71	114.188.712,93
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		142.278.936,06	139.956.539,24

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 31/12/2020, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 9.721.416,01, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 1.732.592,33	R\$ 2.217.355,41	-21,86
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 7.988.823,68	R\$ 8.487.712,69	-5,88
Total	R\$ 9.721.416,01	R\$ 10.705.068,10	-9,19

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 e 2019

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 7.988.823,68. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 31/12/2020, e correspondem em sua maioria a folha de pessoal do IFRR, e que são processados apenas no 1º dia útil do mês subsequente.

Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 31/12/2020 um montante de R\$ 732.229,28 (). A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Suprimento de fundos – adiantamentos	0	R\$ 3.705,87	-100
Salários e ordenados	R\$ 73.795,42	-	100
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$ 37.014,95	R\$ 37.014,95	0
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 8.094,99	R\$ 8.094,99	0
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$ 613.323,92	R\$ 613.323,92	0
Total	R\$ 732.229,28	R\$ 662.139,73	10,59

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 e 2019

No 4º trimestre de 2020 a variação em comparação a dezembro de 2019, conforme demonstra a Tabela 2, foi de 10,59%. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” apresenta um registro de R\$ 613.323,92, referente a adiantamento de recursos de créditos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR. Este adiantamento

será analisado no decorrer de 2021 considerando a finalização da vigência dos Termos de Execução Descentralizada.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. Em 31/12/2020, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 2.952.029,33 que estão registrados pelo custo médio ponderado. Na Tabela 3, é apresentada a composição dos estoques no 4º trimestre de 2020:

Tabela 3: Estoques - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV(%)
Almoxarifado	R\$ 2.274.864,43	R\$ 3.045.345,49	-25,30	77,06
Outros estoques – consolidação	R\$ 677.164,90	R\$ 679.218,31	-0,30	22,94
Total	R\$2.952.029,33	R\$3.724.563,80	-20,74	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 e 2019

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, 77,06% do grupo, no 4º trimestre de 2020. Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou uma redução de -25,30% em relação a 31/12/2019, percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange ao consumo de insumos no 4º trimestre. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na Tabela 4, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 4º trimestre de 2020 em comparação ao exercício de 2019.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens Móveis	R\$ 45.298.748,24	R\$ 41.463.997,42	
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 59.226.434,79	R\$ 52.638.051,80	12,52
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	R\$ -13.927.686,55	-R\$ 11.173.569,63	24,65
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	R\$ -484,75	-R\$ 484,75	
Bens Imóveis	R\$ 83.439.712,36	R\$ 83.265.484,80	
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 84.666.156,13	R\$ 84.371.674,73	0,35
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	R\$ -1.226.443,77	-R\$ 1.106.189,93	10,87
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	R\$128.737.975,85	R\$ 124.729.482,22	3,21

Fonte: SIAFI, Balancete 2019 E 2018

Em 31/12/2020, o IFRR apresentou um saldo de R\$ R\$128.737.975,85 relacionados a imobilizado, o que representa um aumento de 3,21% quando comparado com o período de 31/12/2019. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada de bens móveis, percebe-se uma variação positiva de 24,65% em função da depreciação das aquisições de bens.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 31/12/2020 totalizavam R\$ 59.226.434,79, correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	31/12/2020 – R\$	31/12/2019 – R\$	AH (%)	AV (%)
Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	18.292.077,35	16.044.308,63	14,01	40,38
Bens de informática	14.513.691,74	13.374.880,46	8,51	32,04
Móveis e utensílios	12.742.339,72	11.796.998,44	8,01	28,13
Material cultural, educacional e de comunicação	5.171.883,36	4.148.802,86	24,66	11,42
Veículos	7.735.686,97	6.954.651,42	11,23	17,08
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,33
Demais bens móveis	620.723,09	168.377,43	268,65	1,37
Depreciação e amortização acumulada	- 13.927.686,55	-11.173.569,63	24,65	
Redução ao valor recuperável	-484,75	-484,75	0,00	
Total	45.298.263,47	41.463.997,42	9,25	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 e 2019

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 40,38% referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total dos Bens Móveis. Este subgrupo é composto pelas principais contas a seguir, apresentadas na Tabela 6:

Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	31/12/2020	31/12/2019 R\$	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$2.044.794,96	R\$2.025.644,96	0,95	11,18
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$580.689,02	R\$463.390,07	25,31	3,17
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$2.410.494,56	R\$2.405.494,60	0,21	13,18
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$1.041.363,92	R\$1.030.969,52	1,01	5,69
Equipamento de proteção e segurança	R\$733.020,31	R\$537.336,37	36,42	4,01
Maquinas e equipamentos industriais	R\$469.694,46	R\$427.209,72	9,94	2,57
Maquinas e equipamentos energético	R\$5.236.979,23	R\$3.995.487,25	31,07	28,63
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$48.914,12	R\$41.114,12	18,97	0,27
Maquinas, ferramentas e utensílios	R\$229.432,78	R\$229.432,78	0,00	1,25
Equipamentos, peças e acessórios	R\$302.899,96	R\$302.899,96	0,00	1,66
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$290,00	R\$290,00	0,00	0,00
Maquinas e utensílios agropecuário	R\$1.469.337,63	R\$1.245.337,63	17,99	8,03
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$1.263.119,02	R\$1.204.724,02	4,85	6,91
Maquinas e equipamentos – construção	R\$301.089,32	R\$153.171,32	96,57	1,65
Maquinas e equipamentos eletroeletrônicos	R\$133.556,63	R\$120.707,95	10,64	0,73
Maquinas, utensílios e equipamento	R\$1.941.509,84	R\$1.776.206,77	9,31	10,61
Outras maquinas, equipamentos e ferramentas	R\$84.891,59	R\$84.891,59	0,00	0,46
Total	R\$18.292.077,35	R\$16.044.308,63	14,01	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 E 2019

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Outra situação que ocorre, é que as transferências entre as unidades precisam ser regularizadas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 31/12/2020 totalizaram R\$ 84.666.156,13 correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7: Bens Imóveis - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial	R\$34.085.283,04	R\$34.085.283,04	0	40,85
Bens imóveis em andamento	R\$49.245.650,42	R\$48.968.659,02	0,57	59,02
Instalações	R\$1.311.442,67	R\$1.293.952,67	1,35	1,57
Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$23.780,00	R\$23.780,00	0,00	0,03
Depreciação acumulada - bens imóveis	-R\$1.226.443,77	-R\$1.106.189,93	10,87	-1,47
Total	R\$83.439.712,36	R\$83.265.484,80	0,21	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 e 2019

De acordo com a tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 59,02% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, e teve um aumento de 0,57% em relação a 31/12/2019. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2020 e 2019.

Tabela 8: Intangível – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	0
Total	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	

Fonte: SIAFI, Balancete 2020 e 2019

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Em 31/12/2020, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados à intangível não sofrendo variação em relação ao período dezembro/2019. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados em caráter de Longo Prazo.

Em 31/12/2020, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 234.898,22 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Circulante			
Nacionais	R\$ 234.898,22	R\$ 850.807,75	-72,39
Não Circulante			
Nacionais			
Total	R\$ 234.898,22	R\$ 850.807,75	-72,39

Fonte: Balanço Patrimonial (dezembro/2020)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve uma redução de -72,39% em relação ao período 31/12/19.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2020.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	0,00	256.704,95	0,00	-100
158350 – Campus Boa Vista Centro	85.720,49	167.282,80	36,49	-48,76
158351 – Campus Novo Paraíso	13.094,98	223.815,76	5,57	-94,15
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	15.283,45	18.001,48	6,51	-15,10
158510 – Campus Amajari	120.799,3	185.002,76	51,43	-34,70
Total do Órgão	234.898,22	850.807,75	100	-72,39

Fonte: SIAFI/Balancete (dezembro/2020).

Considerando a variação entre o período de dezembro/2019 e dezembro/2020, a unidade que apresentou menor variação foi a Reitoria correspondendo uma variação negativa em 100%, concluindo-se que todas as obrigações pendentes em dezembro de 2020 foram quitadas. Em todas as unidades houve a diminuição de obrigações em relação ao período anterior. Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores a pagar do órgão e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2020.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar

CNPJ	FORNECEDOR	31/12/2020	AV (%)
07513569000108	CEPAL CONST. DE POCOS ARTESIANOS E SERVICOS LTDA	116.258,02	50,74
36277913000105	FERNANDO R DA SILVA	48.420,00	21,13
84038678000153	IRANEIDE S RODRIGUES	33.656,68	14,69
10783598000196	LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA	15.283,45	6,67
18015948000186	USC CONSULTORIA DE INFORMATICA EIRELI	8.034,86	3,51
24845457000165	ITACA EIRELI	3.494,88	1,53
03549389000117	LIVRARIA E DISTRIBUIDORA MENTE SANA EIRELI	2.945,27	1,29
158510	IFRR – CAMPUS AMAJARI	1.046,40	0,46
Total com ISF F		229.139,56	100,00
18219115000137	R. B. DOS SANTOS	2.438,10	
12831481000166	UNO COMERCIAL EIRELI	2.114,85	
10282449000143	SAN COMERCIO E SERVICOS LTDA	1.205,70	
34028316805616	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	0,01	
Total com ISF P		5.758,66	
Total da Conta		234.898,22	

Fonte: SIAFI (dezembro/2020).

A Tabela 11 demonstra os fornecedores da Instituição, sendo que, foi identificado que as obrigações apresentam uma obrigação do Passivo Permanente ocasionada por tentativa de regularização da baixa dessa obrigação. Já foi solicitado orientação de como proceder a baixa à Setorial Contábil, no entanto, tem-se que verificar quais contas movimentam para que se realize da maneira correta. O fornecedor mais significativo do 4º trimestre, corresponde a 50,74%. A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
07513569000108	Construção do poço artesiano do Campus Amajari	116.258,02	23/12/2020
36277913000105	Manutenção de bens do Campus Boa Vista	48.420,00	Várias
84038678000153	Limpeza e conservação da unidade Campus Boa Vista .	33.656,68	Várias
10783598000196	Aquisição e instalação de toldos para o Campus Zona Oeste	15.283,45	10/12/2020
18015948000186	Treinamento dos servidores do Campus Novo Paraíso	8.034,86	23/12/2020
24845457000165	Máquinas e equipamentos para o Campus Amajari	3.494,88	28/12/2020
03549389000117	Aquisição de livros para o Campus Novo Paraíso	2.945,27	08/12/2020
158510	Pendência de diárias do Campus Amajari - Diény M. Schuertz da Silva	1.046,40	19/01/2017

Fonte: SIAFI (dezembro/2020).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar pendente até 31/12/2020 se refere empresa Cepal const. de poços artesanais e serviços ltda. que é a empresa responsável pela Construção do poço artesiano do Campus Amajari.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2020, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 18.385.800,65 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	555.924,06	39.449,46	3,02	1309,21
Fornecimento de Bens	3.517.261,54	1.600.510,62	19,13	119,76
Seguros	14.880,99	42.635,24	0,08	-65,10
Serviços	14.297.734,06	12.169.790,74	77,77	17,49
Total	18.385.800,65	13.852.386,06	100,00	32,73

Fonte: Tesouro Gerencial 2020 e 2019.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 77,77% ao final de 31/12/2020. Em relação ao período 31/12/19, houve um aumento de 32,73% de obrigações contratuais. Os contratos com aluguéis apresentaram um aumento de 1309,21% em relação ao período 31/12/2019, considerando o aditivo de contrato referente ao prédio da Reitoria, e os contratos de serviços apresentaram um aumento de 17,49%. Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2020.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	4.754.550,39	2.933.830,24	25,86	62,06
158350 – Campus Boa Vista Centro	4.073.919,78	3.907.558,05	22,16	4,26
158351 – Campus Novo Paraíso	6.109.417,75	4.672.129,01	33,23	30,76
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	1.602.127,54	726.678,19	8,71	120,47
158510 – Campus Amajari	1.845.785,19	1.612.190,57	10,04	14,49
Total	18.385.800,65	13.852.386,06	100,00	32,73

Fonte: SIAFI/Balancete 2020 e 2019.

As unidades Reitoria e Campus Novo Paraíso foram responsáveis por 59,09% do total contratado. O Campus Zona Oeste teve um crescimento de 120,47% nas contratações em relação a dezembro/2019. Enquanto o órgão apresentou um aumento de 32,73% em relação ao período de 31/12/2019. Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2020.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

		31/12/2020	AV (%)
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	2.296.522,80	23,73
02341470000144	RORAIMA ENERGIA S.A	2.049.726,53	21,18
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	1.421.947,50	14,69
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	1.223.911,17	12,65
84038678000153	IRANEIDE S RODRIGUES	1.004.498,53	10,38
12614427000169	MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	840.759,95	8,69
05383579000132	FOOD ALIMENTACAO EIRELI	839.225,35	8,67
	Total	9.676.591,83	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2020).

O contrato mais expressivo de serviço ao fim de 31/12/2020 refere-se ao transporte de alunos do Campus Novo Paraíso.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, cada unidade tem responsabilidade de atualização sobre seus contratos. Assim, para verificar a vigência ou número do contrato pode-se solicitar à administração de cada campus.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	R\$ milhares	
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	153.005.821,76	171.190.830,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.469,61	1.816.092,63
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.469,61	1.816.092,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	19.143,94
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	19.143,94
Transferências e Delegações Recebidas	151.250.912,43	167.948.695,99
Transferências Intragovernamentais	151.076.489,62	167.465.849,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	174.422,81	482.846,07
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.513.380,38	1.148.973,53
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.139,90	613.442,39
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.502.240,48	535.531,14
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	236.059,34	257.924,65
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	236.059,34	257.924,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	153.204.703,60	179.177.931,16
Pessoal e Encargos	96.205.541,01	100.849.394,93
Remuneração a Pessoal	75.842.171,22	78.730.012,14
Encargos Patronais	15.355.072,73	14.970.988,05
Benefícios a Pessoal	4.810.424,17	6.986.073,72
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	197.872,89	162.321,02
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.846.804,52	16.359.414,82
Aposentadorias e Reformas	18.757.640,61	15.661.380,49
Pensões	836.592,20	675.953,21
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.252.571,71	22.081,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.213.446,63	21.237.523,76
Uso de Material de Consumo	1.424.583,08	1.516.513,10
Serviços	10.914.515,29	16.570.786,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.874.348,26	3.150.223,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20.568,73	22,96
Juros e Encargos de Mora	20.568,73	22,96
Transferências e Delegações Concedidas	15.481.930,28	22.324.771,64
Transferências Intragovernamentais	15.299.164,96	21.865.337,50
Transferências Intergovernamentais	25.328,84	26.093,34
Outras Transferências e Delegações Concedidas	157.436,48	433.340,80
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.566.660,54	17.058.895,67
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	4.562.954,87	17.026.279,83
Desincorporação de Ativos	3.705,67	32.615,84
Tributárias	58.119,39	22.111,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.153,88	2.151,62
Contribuições	54.965,51	19.959,67
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	811.632,50	1.325.796,09
Premiações	-	2.680,30
Incentivos	811.262,00	1.322.360,79
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	370,50	755,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) – (II)	-198.881,84	-7.987.100,42

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2020 foi deficitário em R\$ **-198.881,84** se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 153.005.821,76) e Diminutivas (R\$ 153.204.703,60). As variações aumentativas teve uma redução de -10,62% e as variações diminutivas uma redução de -14,50% em comparação ao mesmo período do exercício de 2019. A despesa com Pessoal e Encargos foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas correspondendo a 62,80% e apresentando uma redução de -4,60% em relação a dezembro/2019.

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.801.795,00	1.801.795,00	5.820,74	-1.797.754,26
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	56.975,00	56.975,00	3.958,51	-53.976,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	56.975,00	56.975,00	3.958,51	-53.976,49
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.744.820,00	1.744.820,00	1.511,10	-1.744.128,90
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.744.820,00	1.744.820,00	1.511,10	-1.744.128,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	351,13	351,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	351,13	351,13
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	14.824.905,00	14.824.905,00	-	-14.824.905,00
Operações de Crédito	14.824.905,00	14.824.905,00	-	-14.824.905,00
Operações de Crédito Internas	14.824.905,00	14.824.905,00	-	-14.824.905,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	16.626.700,00	16.626.700,00	5.820,74	-16.622.659,26
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	16.626.700,00	16.626.700,00	5.820,74	-16.622.659,26
DEFICIT	-	-	138.329.653,75	138.329.653,75
TOTAL	16.626.700,00	16.626.700,00	138.335.474,49	121.708.774,49
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2020

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	135.873.287,00	137.872.532,00	132.137.809,72	124.617.666,47	116.655.235,02	5.734.722,28
Pessoal e Encargos Sociais	107.992.800,00	112.262.190,00	109.527.214,57	109.488.908,99	102.049.648,66	2.734.975,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.880.487,00	25.610.342,00	22.610.595,15	15.128.757,48	14.605.586,36	2.999.746,85
DESPESAS DE CAPITAL	3.613.882,00	5.937.538,00	6.197.664,77	618.781,18	431.951,12	-260.126,77
Investimentos	3.613.882,00	5.937.538,00	6.197.664,77	618.781,18	431.951,12	-260.126,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	139.487.169,00	143.810.070,00	138.335.474,49	125.236.447,65	117.087.186,14	5.474.595,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	139.487.169,00	143.810.070,00	138.335.474,49	125.236.447,65	117.087.186,14	5.474.595,51
TOTAL	139.487.169,00	143.810.070,00	138.335.474,49	125.236.447,65	117.087.186,14	5.474.595,51

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	148.896,63	5.263.840,71	4.391.501,56	4.391.501,56	623.955,77	397.280,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	24.282,19	18.943,00	18.943,00	5.339,19	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	148.896,63	5.239.558,52	4.372.558,56	4.372.558,56	618.616,58	397.280,01
DESPESAS DE CAPITAL	636.692,12	8.185.812,40	6.304.011,19	6.301.065,92	34.062,50	2.487.376,10
Investimentos	636.692,12	8.185.812,40	6.304.011,19	6.301.065,92	34.062,50	2.487.376,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	785.588,75	13.449.653,11	10.695.512,75	10.692.567,48	658.018,27	2.884.656,11

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	2.482,67	8.798.987,87	8.791.886,85	720,30	8.863,39	
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.678.547,97	7.678.547,97	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	2.482,67	1.120.439,90	1.113.338,88	720,30	8.863,39	
DESPESAS DE CAPITAL	-	324.337,82	324.337,82	-	-	
Investimentos	-	324.337,82	324.337,82	-	-	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	2.482,67	9.123.325,69	9.116.224,67	720,30	8.863,39	

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. A execução dos recursos recebidos mais as descentralizações de créditos recebidas de outros órgãos compõem as despesas empenhadas no balanço orçamentário. A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 4º trimestre de 2020.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 4º trimestre de 2020 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 5.820,74, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 138.335.474,49 que gerou um déficit orçamentário de R\$ 138.329.653,75.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

Para entender melhor como as despesas do órgão são pagas, as informações presentes no Balanço Orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do Balanço Financeiro, os quais demonstram os recursos financeiros disponíveis de R\$ 5.820,74 (receitas orçamentárias) mais as Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 151.076.489,62 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos até o 4º trimestre e dos restos a pagar inscritos), que chegou ao total de R\$ 151.082.310,36 de recurso financeiro recebido pelo MEC e também da receita arrecadada pelo órgão. A Tabela 15 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Tabela 15: Receitas arrecadadas – por origem

Receitas Correntes	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Realização	(%) Composição
Receita Patrimonial	R\$ 56.975,00	R\$ 3.958,51	6,95	68,00
Receita de Serviços	R\$ 1.744.820,00	R\$ 1.511,10	0,09	25,96
Outras Receita Correntes	R\$ 0,00	R\$ 351,13	-	6,04
Total de Receitas Correntes	R\$ 1.801.795,00	R\$ 5.820,74	0,32	100,00
Receitas de Capital	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Realização	(%) Composição
Operação de crédito	R\$ 14.824.905,00	R\$ 0,00	0,00	100,00
Total de Receitas de Capital	R\$ 14.824.905,00	R\$ 0,00	0,00	100,00

Fonte: SIAFI WEB 2020

Observa-se que a coluna da realização demonstra o percentual arrecadado em relação à previsão atualizada e a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à realização total da receita no 4º trimestre. A arrecadação de receita patrimonial representa a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 68,00% do total arrecadado. Além da previsão de receitas correntes, foi realizada uma previsão de operação de crédito referente a receita de capital, cabe aqui ressaltar que o crédito em questão foi estornado pelo MEC. A Tabela 16 demonstra a composição pela natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

Tabela 16: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza da receita	Previsão atualizada	Realização da Receita	% Composição
Receita patrimonial			
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 56.975,00	R\$ 3.958,51	68,01
Receitas de serviços			
Serviços administrativos e comerciais gerais	R\$ 2.320,00	R\$ 1.511,10	25,96
Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos - Principal	R\$ 1.742.500,00	R\$ 0,00	-
Outras receitas correntes			
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	R\$ 351,13	6,03
Operação de crédito			
Operações de Crédito - Mercado Interno	R\$ 14.824.905,00	R\$ 0,00	0,00
Total das Receitas	R\$ 16.626.700,00	R\$ 5.820,74	100

Fonte: SIAFI WEB 2020

A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação à realização total da receita realizada.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes da Instituição são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado para a sociedade. No quarto trimestre a dotação atualizada de despesas correntes representou 95,87% do total das despesas fixadas em R\$ 143.810.070,00.

Conforme apresentado no quadro de despesa do Balanço Orçamentário os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes. E as despesas de capital estão diretamente ligadas a aquisições de equipamentos, material permanente, imóveis, obras e outros.

A tabela 17 apresenta quadro de despesa do Balanço Orçamentário com os valores atualizados no 4º trimestre em relação a dotação inicial da despesa na LOA.

Tabela 17: Atualização da Dotação Inicial da Despesa na LOA – 4º trimestre

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Acréscimo/Dedução (b-a)
DESPESAS CORRENTES	R\$ 135.873.287,00	R\$ 137.872.532,00	R\$ 1.999.245,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 107.992.800,00	R\$ 112.262.190,00	R\$ 4.269.390,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 27.880.487,00	R\$ 25.610.342,00	-R\$ 2.270.145,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 3.613.882,00	R\$ 5.937.538,00	R\$ 2.323.646,00
Investimentos	R\$ 3.613.882,00	R\$ 5.937.538,00	R\$ 2.323.646,00
Total das Despesas	R\$ 139.487.169,00	R\$ 143.410.070,00	R\$ 4.322.901,00

Fonte: SIAFI WEB 2020

As despesas com pessoal e encargos tiveram um acréscimo de R\$ 4.269.390,00 e outras despesas correntes um decréscimo -R\$ 2.270.145,00 em relação à dotação inicial, em virtude dos remanejamentos dos créditos para atender despesas com investimentos. Já as despesas de capital sofreram um acréscimo de R\$ 2.323.646,00, que teve a origem de remanejamentos realizados da área da assistência estudantil de outras despesas correntes.

O valor total da dotação atualizada, durante o exercício de 2020, para gastos com folha de pessoal, contratação de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas auxílios aos estudantes, água, telefone, energia e demais despesas de custeio, ficou no montante de R\$ **R\$ 137.872.532,00**.

A tabela 18 apresenta a execução da despesa por categoria econômica.

Tabela 18: Despesas executadas por categoria econômica

Categoria econômica	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	% Execução
Despesas correntes	R\$ 137.872.532,00	R\$ 132.137.809,72	95,84
Despesas de capital	R\$ 5.937.538,00	R\$ 6.197.664,77	104,38
Total das despesas	R\$ 143.810.070,00	R\$ 138.335.474,49	96,19

Fonte: Tesouro Gerencial 2020

A coluna de percentual indica o total das despesas empenhadas por categoria econômica em relação à dotação atualizada, sendo empenhados até dezembro 96,84% do total previsto no orçamento.

O total de despesas de capital empenhadas superior à dotação atualizada em 4,38% justifica-se através de recursos recebidos de órgãos externos para execução de despesas no âmbito do Instituto Federal de Roraima. Estes créditos não estão previstos no orçamento da instituição e sim no orçamento do órgão concedente do recurso.

A tabela 19 apresenta a movimentação orçamentária do órgão.

Tabela 19: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque

Categoria econômica	Dotação atualizada (a)	Descentralizações recebidas Provisões + Destaque (b)	Descentralizações Concedidas Provisões + Destaque (c)	Total de despesas empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a+b-c-d-e)	% Execução
Despesas correntes	R\$ 137.872.532,00	R\$ 13.782.426,11	R\$ 12.808.507,42	R\$ 132.137.809,72	R\$ 0,11	R\$ 6.708.640,86	95,84
Despesas de capital	R\$ 5.937.538,00	R\$ 5.814.039,38	R\$ 5.550.339,28	R\$ 6.197.664,77	R\$ 0,00	R\$ 3.573,33	104,38
Total das despesas	R\$ 143.810.070,00	R\$ 19.596.465,49	R\$ 18.358.746,70	R\$ 138.335.474,49	R\$ 0,11	R\$ 6.712.214,19	96,13

Fonte: Tesouro Gerencial 2020

Na Tabela 19 é demonstrada a composição do crédito disponível do órgão, que é a soma da dotação atualizada mais as descentralizações recebidas (provisões e destaques) menos as descentralizações concedidas (provisões), o total de despesas empenhadas e o crédito bloqueado.

A conta descentralizações recebidas é composta pela soma das provisões recebidas, que são as descentralizações internas de crédito, no valor de R\$ 17.943.184,46 mais os destaques recebidos, descentralizações externas de crédito recebidas de outros órgãos, no valor de R\$ 1.653,281,03, que totalizou, no 4º trimestre, R\$ 19.596.465,49

A conta descentralizações concedidas corresponde às movimentações internas de créditos entre os Campi: Boa Vista, Boa Vista Zona-Oeste, Amajari e Novo Paraíso, que compõem o Instituto Federal de Roraima.

A coluna execução apresenta o percentual empenhado por categoria econômica em relação à dotação atualizada somada aos destaques recebidos.

Na tabela 20 são apresentadas as despesas correntes e de capital executadas por grupo.

Tabela 20: Despesas Correntes e de Capital executadas por grupo – somente valores fixados na LOA/2020

Grupo de Natureza de Despesa	Dotação atualizada R\$	Despesas empenhadas R\$	% empenhado/dotação atualizada
1 – Pessoal e Encargos Sociais	112.262.190,00	109.527.214,57	97,56
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	25.610.342,00	22.610.595,15	88,29
Subtotal Despesas Correntes	137.872.532,00	132.137.809,72	95,56
4 – Investimento	5.937.538,00	6.197.664,77	104,38
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização Dívida	0,00	0,00	0,00
Subtotal Desp. Capital	5.937.538,00	6.197.664,77	104,38
Total Desp. Correntes + Desp. Capital	143.810.070,00	138.335.474,49	96,19

Fonte: Tesouro Gerencial 2020

Em relação ao subtotal da dotação atualizada do grupo de despesa correntes o maior volume de gasto é com pessoal e encargos sociais, que apresentou um percentual de execução

de 97,56%, enquanto que outras despesas correntes apresentou 88,29% em relação ao subtotal da dotação atualizada de despesas correntes.

Em seguida, o grupo investimento é o único que compõe o total de despesas de capital e no 4º trimestre e foi empenhado 104,38% do subtotal do grupo.

A Tabela 21 apresenta a execução detalhada do grupo outras despesas correntes.

Tabela 21: Outras despesas correntes por elemento de despesa

Elemento de Despesa	Despesas empenhadas	% Composição
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R\$ 6.946.285,03	30,72
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$ 4.042.577,74	17,88
AUXILIO ALIMENTACAO	R\$ 3.363.068,04	14,87
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.952.539,18	8,64
INDENIZACOES E RESTITUICOES - ASSIT MEDICA/AUX MORADIA/AJ DE CUSTO	R\$ 1.228.907,72	5,44
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R\$ 1.106.327,08	4,89
OUT. BENEF. ASSIST - AUXILIO CRECHE/NATALIDADE	R\$ 725.219,57	3,21
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R\$ 562.606,94	2,49
PASSAGEM E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 524.173,14	2,32
AUX. FINANC. A ESTUDANTES	R\$ 486.349,00	2,15
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	R\$ 368.870,00	1,63
AUXILIO-TRANSPORTE	R\$ 356.833,75	1,58
AUX. FINANCEIRO PARA PESQUISADORES	R\$ 221.000,00	0,98
SERVIÇOS DE TIC - PESSOA JURÍDICA	R\$ 188501,14	0,83
CONTRATO TEMPO DETERMINADO	R\$ 178883,20	0,79
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 136.371,21	0,60
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 125.893,41	0,56
DIARIAS PESSOA CIVIL	R\$ 49.666,32	0,22
CONTRIBUIÇÕES - ORGÃOS CONSELHO DE CLASSE	R\$ 26.966,60	0,12
RESSARC. DESP. PESSOAL REQUISITADO	R\$ 19.556,08	0,09
TOTAL	R\$ 22.610.595,15	100%

A composição detalhada do grupo outras despesas correntes, por elemento de despesa representou no 4º trimestre 88,29% das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada, que corresponde em valores reais R\$ 22.610.595,15, conforme Tabela 21.

As despesas com locação de mão-de-obra, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica e auxílio alimentação foram executadas, respectivamente, nos valores de **R\$ 6.946.285,03**, **R\$ 4.042.577,74** e **R\$ 3.363.068,04** e representam o maior volume de gasto com custeios do órgão. Esses três elementos de despesa representam 63,47% do total empenhado do grupo.

Em relação às despesas executadas para aquisição de equipamentos de proteção individual para o enfrentamento da COVID-19, o IFRR gastou o total de R\$ 314.809,20, sendo que R\$ 234.720,20 foi alocado do orçamento do órgão e R\$ 80.089,00 foi a transferência realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica através de termo de execução descentralizada

O valor total executado desses créditos foi de R\$ 306.444,12, que corresponde 97,34% do crédito total liberado para gastos relacionados às ações de enfrentamento. Do total

empenhado 86,82% para aquisição de material de consumo e 13,18% para aquisição de máquinas e equipamentos.

Tabela 22: Gastos relacionados a COVID-19 no IFRR

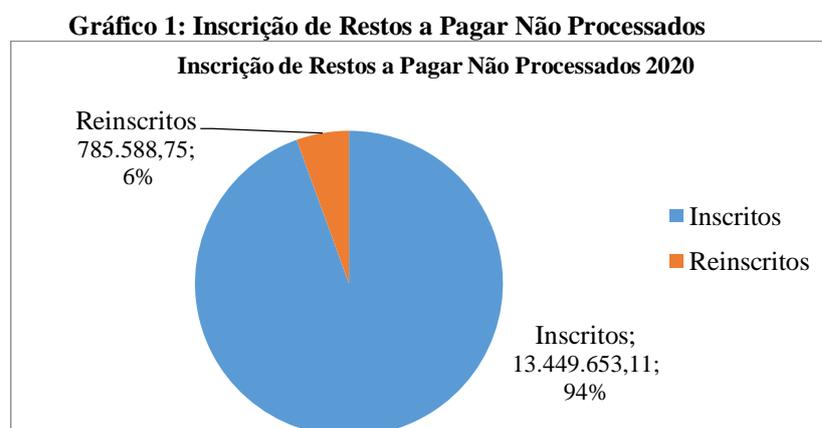
Detalhamento de Despesa	Despesas empenhadas	AV%
Material de Consumo	R\$ 285.929,53	93,30
Máquinas e equipamentos	R\$ 20.514,59	6,70
TOTAL	R\$ 306.444,12	100

Fonte: SIAFI WEB 2020 e SIMEC

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2018 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 17.315.881,07 (dezessete milhões e trezentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sete centavos), enquanto que em 2019 o valor de R\$ 14.235.241,86 (catorze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos), o que corresponde a uma redução de 17,79%. No Gráfico 1 é apresentada a Inscrição dos Restos a Pagar em 2020.



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do valor total, 94% correspondem ao exercício de 2019, enquanto que 6% a exercícios anteriores. A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 4º Trimestre se deu conforme Tabela 22 abaixo:

Tabela 23 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

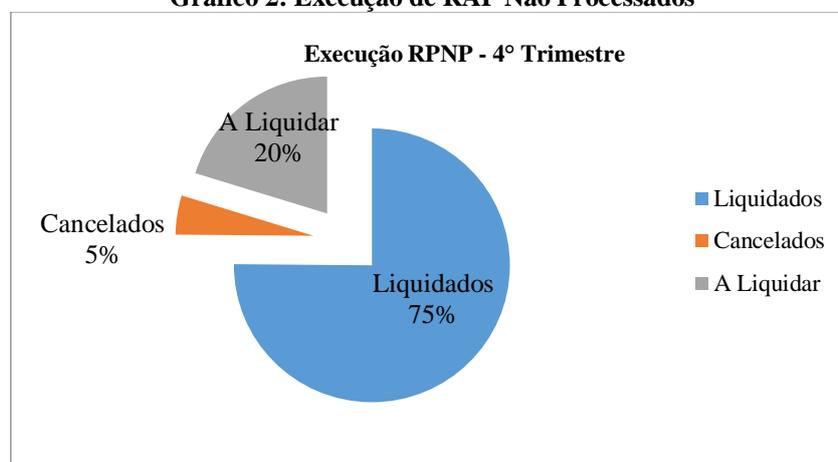
Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	Bloqueados	A Liquidar	Pagos	A Pagar
	(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)-(B)- (C) - (D)	(F)	(G)=(B)-(F)+(D)+E
158152	3.534.822,49	188.153,38	3.203.686,47	235.305,79		283.983,61	3.203.686,47	0,00
158350	3.345.367,28	339.926,72	2.897.118,33	290.397,32		497.778,35	2.897.118,33	0,00
158351	4.009.138,43	92.081,40	2.419.115,79	13.468,79		1.668.635,25	2.416.170,52	2.945,27
158352	1.018.218,65	32.766,97	787.515,58	112.587,67		150.882,37	787.515,58	0,00
158510	1.542.106,26	132.660,28	1.388.076,58	6.258,70		280.431,26	1.388.076,58	0,00
TOTAL	13.449.653,11	785.588,75	10.695.512,75	658.018,27	0,00	2.881.710,84	10.692.567,48	2.945,27
	14.235.241,86	%	75,13	4,62	0,00	20,24	75,11	0,02

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2020).

Houve um aumento de 4,15% de Restos a Pagar Inscritos referente ao exercício 2019, no entanto, uma redução de -82,15% em Restos a pagar Reinscritos referente aos exercícios anteriores, demonstrando que a Instituição priorizou a execução dos Restos a Pagar Reinscritos. Do total inscrito e reinscrito foi pago até dezembro/2020 o percentual de 75,11%, restando um saldo pagar de 0,02%. A variação de restos a pagar não processados pagos aumentou em 28,52% e a de restos a pagar não processados a liquidar em 26,11 no 4º trimestre em relação ao 3º trimestre, que significa que os rap estão sendo liquidados.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 4º trimestre de 2020 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.

Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados

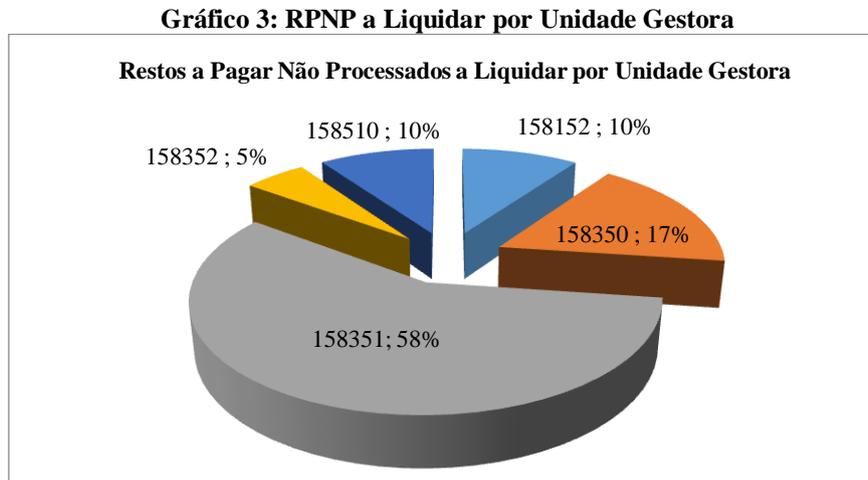


Fonte: Elaborado pelo DCF

Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que desse total até 31/12/2020 houve a liquidação de 75%, o cancelamento de 5% e saldo a liquidar de 20%. Em 31/12/2020 o saldo de restos a pagar não processados bloqueados foi zerado, considerando que estavam válidos até 14/11/2020. Ressalta-se ainda que a prorrogação do bloqueio de restos a pagar para 14 de novembro/2020 de que trata o decreto nº

10.315, de 06/04/2020, valia apenas para os recursos aplicados de forma descentralizada, conforme mensagem da Setorial Contábil/MEC: 2020/0240461, de 16/04/2020.

Os saldo de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Unidade Gestora pode ser visualizado no Gráfico 3.

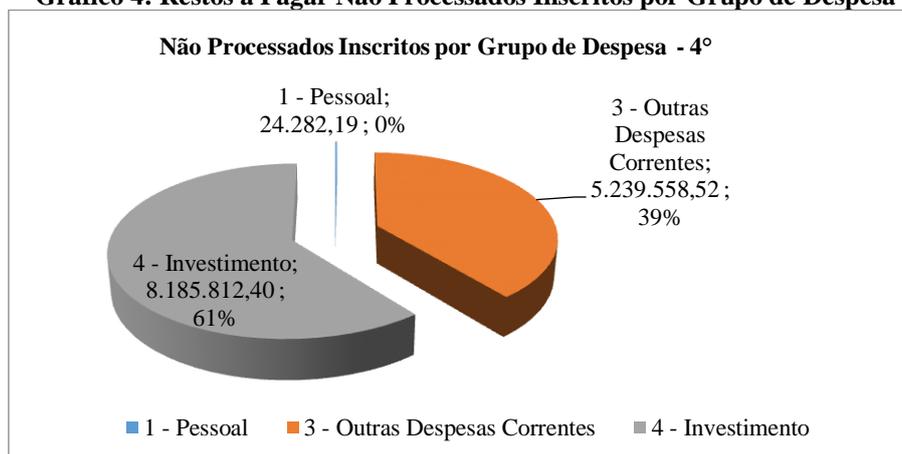


Fonte: Elaborado pelo DCF

Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora 158351 (Campus Novo Paraíso) é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar o que corresponde a 58%, seguida da unidade 158350 (Campus Boa Vista), que corresponde a 17%.

No Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2020 é apresentado por grupo de despesa.

Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Grupo de Despesa

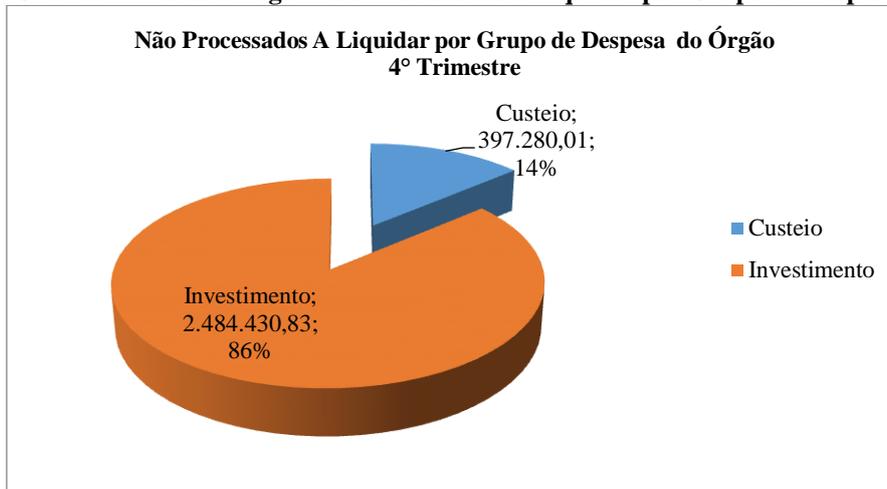


Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total inscrito em Restos a Pagar Não Processados 39% corresponde a outras despesas correntes, enquanto, 61% corresponde a despesa com investimento. A despesa com pessoal é evidenciada, mas sua contribuição não é relevante. Além disso, os valores de pessoal inscritos correspondem a despesa com pessoal requisitado do mês de dezembro que é

pago em janeiro. No Gráfico 5 os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar é apresentado por grupo de despesa de gasto com saldo em 31/12/ 2020.

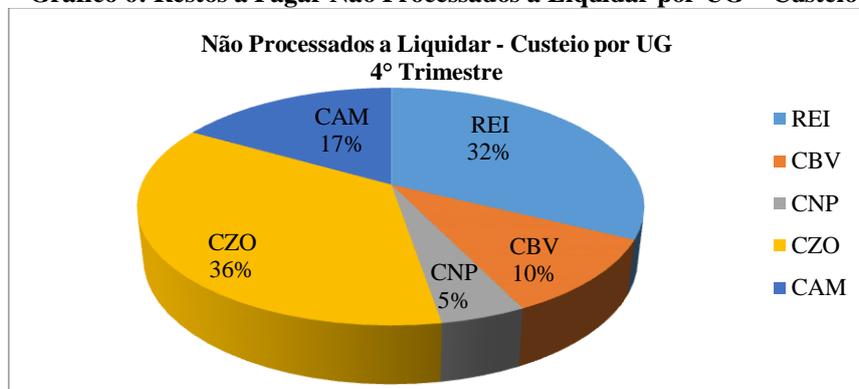
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total de Restos a Pagar Não Processados a liquidar 14% corresponde a outras despesas de custeio (correntes), enquanto 86% correspondem à despesa com investimento (capital). O Gráfico 6 apresenta os percentuais por unidade gestora referentes as despesas com custeio.

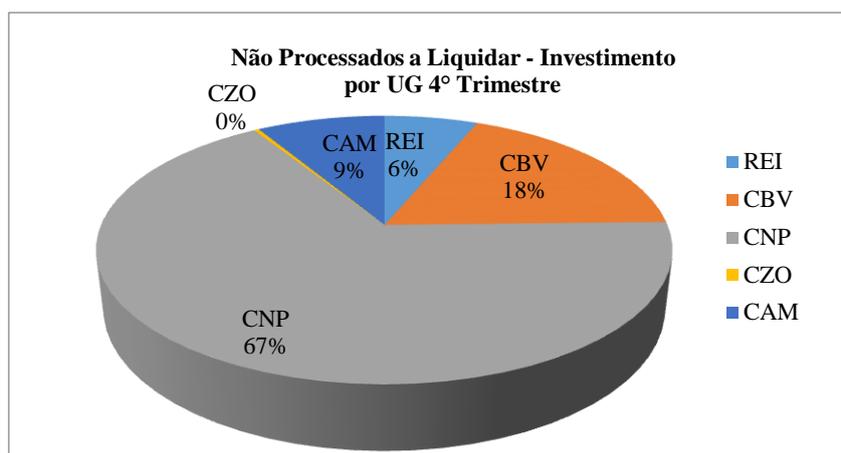
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Custeio



Fonte: Elaborado pelo DCF

Considerando as despesas com custeio a unidade que apresentou maior percentual a liquidar foi a 18352 – Campus Zona Oeste. Em seguida, apresenta-se o Gráfico 7 evidenciando as despesas de investimento por unidade gestora.

Gráfico 7: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Investimento



Fonte: Elaborado pelo DCF

A unidade 158351 – Campus Novo Paraíso é a que apresenta maior percentual de investimento de restos a pagar não processados a liquidar. Tal situação é explicável tendo em vista a pandemia do corona vírus em 2020 que fez com que as unidades parassem suas atividades de investimentos no que diz respeito a obras. Na Tabela 23 é apresentado um resumo por Unidade Gestora e Grupo de Despesa, evidenciando o quanto ainda falta liquidar.

Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	158152	158350	158351	158352	158510	TOTAL
CUSTEIO R\$	128.231,47	41.738,92	18.175,37	142.652,50	66.481,75	397.280,01
INVESTIMENTO R\$	155.752,14	456.039,43	1.650.459,88	8.229,87	213.949,51	2.484.430,83
TOTAL R\$	283.983,61	497.778,35	1.668.635,25	150.882,37	280.431,26	2.881.710,84
CUSTEIO %	32,38	10,51	4,57	35,91	16,73	13,79
INVESTIMENTO %	6,27	18,36	66,43	0,33	8,61	86,21

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2020).

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
INGRESSOS		
Receitas Orçamentárias	5.820,74	1.835.433,47
Ordinárias	-	-
Vinculadas	5.846,52	1.835.433,47
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.820,74	1.835.433,47
Recursos a Classificar	25,78	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-25,78	-
Transferências Financeiras Recebidas	151.076.489,62	167.465.849,92
Resultantes da Execução Orçamentária	132.026.170,15	144.193.616,06
Repasse Recebido	125.049.073,79	132.357.877,04
Sub-repasse Recebido	6.977.096,36	11.835.739,02
Independentes da Execução Orçamentária	19.050.319,47	23.272.233,86
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.673.990,23	22.576.105,23
Movimentação de Saldos Patrimoniais	376.329,24	696.128,63
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	21.435.288,37	22.608.486,63
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.149.261,51	8.873.819,23
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.099.026,84	13.449.653,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.461,42	68.818,32
Outros Recebimentos Extraorçamentários	140.538,60	216.195,97

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2020

Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.830,16
Arrecadação de Outra Unidade	130.880,20	211.365,81
Demais Recebimentos	9.658,40	
Saldo do Exercício Anterior	10.705.068,10	10.705.068,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.705.068,10	10.705.068,10
TOTAL INGRESSOS	183.222.666,83	183.222.666,83
DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	138.335.474,49	145.927.049,96
Ordinárias	108.836.401,91	125.909.961,97
Vinculadas	29.499.072,58	20.017.087,99
Educação	803.275,09	3.612.150,34
Seguridade Social (Exceto Previdência)	862.764,00	
Previdência Social (RPPS)	12.051.137,71	13.154.709,10
Receitas Financeiras		3.000.000,00
Dívida Pública	15.741.204,80	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	40.690,98	250.228,55
Transferências Financeiras Concedidas	15.310.522,76	21.863.703,02
Resultantes da Execução Orçamentária	6.977.096,36	11.856.463,02
Repasse Concedido		20.724,00
Sub-repasse Concedido	6.977.096,36	11.835.739,02
Independentes da Execução Orçamentária	8.333.426,40	10.007.240,00
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.202.546,20	9.695.917,18
Demais Transferências Concedidas		99.557,01
Movimento de Saldos Patrimoniais	130.880,20	211.765,81
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	19.855.253,57	22.100.055,83
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.116.224,67	8.294.242,46
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.692.567,48	13.724.372,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.461,42	68.818,32
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	12.623,00
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		11.029,16
Demais Pagamentos		1.593,84
Saldo para o Exercício Seguinte	9.721.416,01	10.705.068,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.721.416,01	10.705.068,10
TOTAL DISPÊNDIOS	183.222.666,83	200.595.876,91

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 23 e 24 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 4º Trimestre 2020 em relação ao 4º Trimestre 2019:

Tabela 25: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH(%)
Receitas Orçamentárias	5.820,74	1.835.433,47	0,003	-99,68
Transferências Financeiras Recebidas	151.076.489,62	167.465.849,92	82,455	-9,79
Recebimentos Extraorçamentários	21.435.288,37	22.608.486,63	11,699	-5,19
Saldo do Exer. Anterior–Caixa e Equivalente de Caixa	10.705.068,10	8.686.106,89	5,843	23,24
Total	R\$183.222.666,83	R\$200.595.876,91	100	-8,66

Fonte: SIAFI 2020 e 2019.

Como pode ser observado as Receitas Orçamentárias tiveram uma redução de -99,68% em relação ao mesmo período do exercício anterior. As Transferências Recebidas correspondem a 82,45% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação negativa de -9,79%. Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 11,69% do total dos ingressos e teve uma variação de -5,19% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se os restos a pagar dos exercícios anteriores que foram inscritos neste exercício. O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve uma variação de 23,24% em relação ao exercício anterior. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil ao pagamento. No 4º trimestre de 2020 pode-se observar que houve uma redução no total de ingressos de -8,66% em relação a 2019. Na Tabela 25 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios.

Tabela 26: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH(%)
Despesas Orçamentárias	138.335.474,49	145.927.049,96	75,50	-5,20
Transferências Financeiras Concedidas	15.310.522,76	21.863.703,02	8,36	-29,97
Pagamentos Extraorçamentários	19.855.253,57	22.100.055,83	10,84	-10,16
Saldo p/ o Exer. Seguinte–Caixa e Equivalente de Caixa	9.721.416,01	10.705.068,10	5,31	-9,19
Total	R\$183.222.666,83	R\$200.595.876,91	100,00	-8,66

Fonte: SIAFI 2020 e 2019.

As despesas pagas, que compõem 75,50% do total das saídas de recursos, tiveram redução de -5,20%. As transferências financeiras concedidas tiveram um decréscimo de -29,97%. Os pagamentos extraorçamentários tiveram redução de -10,16% e o saldo e equivalente de caixa de -9,19%.

Com base nas informações presentes nas tabelas 24 e 25 pode-se observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro negativo de R\$ -983.652,09 acontece quando o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte é menor que o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	R\$ milhares	
	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.073.702,77	11.455.762,75
INGRESSOS	151.269.310,38	169.586.297,68
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	3.958,51	58.789,61
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.511,10	1.757.303,02
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	351,13	196,90
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	151.263.489,64	167.750.864,21
Ingressos Extraorçamentários	46.461,42	68.818,32
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	4.830,16
Transferências Financeiras Recebidas	151.076.489,62	167.465.849,92
Arrecadação de Outra Unidade	130.880,20	211.365,81
DESEMBOLSOS	-145.195.607,61	-158.130.534,93
Pessoal e Demais Despesas	-114.642.571,85	-121.219.198,70
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-17.860,20	-15.968.834,51
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-96.766.933,35	-105.147.835,03
Cultura	-	-20.000,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-15.437,50	-71.500,00
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-11.029,16
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.170.725,56	-14.951.213,67
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-15.170.725,56	-14.951.213,67
Outras Transferências Concedidas	-25.326,02	-26.007,38

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
4º Trimestre/2020

Outros Desembolsos Operacionais	-15.356.984,18	-21.934.115,18
Dispêndios Extraorçamentários	-46.461,42	-68.818,32
Transferências Financeiras Concedidas	-15.310.522,76	-21.863.703,02
Demais Pagamentos	-	-1.593,84
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.057.354,86	-9.436.801,54
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-7.057.354,86	-9.436.801,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.039.864,86	-9.434.686,69
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-17.490,00	-2.114,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-983.652,09	2.018.961,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.705.068,10	8.686.106,89
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.721.416,01	10.705.068,10

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

O demonstrativo de fluxo de caixa é classificado por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 99,99% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas de órgão federais, principalmente do MEC. No final do 4º trimestre de 2020 o valor total recebido foi de R\$ 151.269.310,38.

Vale ressaltar que, o IFRR por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com recursos federais recebidos do Ministério da Educação. A arrecadação de receita própria corresponde a um percentual de 0,0038% em relação ao total de recursos financeiros que compõem o caixa e equivalentes de caixas da Instituição.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro. Apresenta-se a seguir a Tabela 26, referente à geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 27: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa - Atividades

ATIVIDADES	2020	2019	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 6.073.702,77	R\$ 11.455.762,75	-46,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-R\$ 7.057.354,86	-R\$ 9.436.801,54	-25,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-R\$ 983.652,09	-R\$ 2.018.961,21	-148,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL – GECI	R\$ 10.705.068,1	R\$ 8.686.106,89	23,24
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL – CECF	R\$ 9.721.416,01	R\$ 10.705.068,10	-9,19

Fonte: SIAFI Web, 2020 e 2019

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a Tabela 26, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde o total de -R\$ 983.652,09 (CECF – GECI).

Na Tabela 26, pode-se observar que houve um decréscimo de -25,21% no fluxo de caixa das atividades de investimento comparado ao mesmo período de 2019. O demonstrativo apresenta saldo nas atividades de investimento somente em relação a desembolsos, ao final do 4º trimestre de 2020 foi desembolsado -R\$ 7.057.354,86, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, compra de instalações, máquinas, equipamentos e material permanente.

Em relação às atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 4º trimestre de 2019 quanto em 2020.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2020

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-30.981,90	-	-	-30.981,90
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7.987.100,42	-	-	-7.987.100,42
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	114.188.712,93	-	-	114.188.712,93

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	114.188.712,93	-	-	114.188.712,93
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-1.073.795,38	-	-	-1.073.795,38
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-198.881,84	-	-	-198.881,84
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	112.916.035,71	-	-	112.916.035,71

Na Tabela 27 é apresentado o resumo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Tabela 28 – Resumo da DMPL

Especificação	Resultados Acumulados	AH(%)
Saldo Inicial do Exercício 2019	122.206.795,25	
Saldo Final do Exercício 2019	114.188.712,93	-6,56
Saldo Inicial do Exercício 2020	114.188.712,93	
Saldo Final do Exercício 2020	112.916.035,71	-1,11

Fonte: SIAFI Web, DMPL 2020 e 2019

Em análise aos resultados acumulados do período dezembro/2020 pode-se perceber que o saldo final em relação ao saldo inicial sofreu uma variação negativa de -1,11%. Em relação ao exercício 2019, essa variação se deu negativa em -6,56%.